

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 077

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 23 DE JUNHO DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PFL

**NELSON JUSTUS**

1º Vice-Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

2º Vice-Presidente - PMDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUÍZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>

## Representação Partidária

*PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 07: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 058ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
23 DE JUNHO DE 1999**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Algaci Tulio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofício:**

OFÍCIO Nº 100/99 ALEP/GLG

Curitiba, em 23.06.99.

Senhor Presidente.

Pelo presente, venho solicitar a V. Exa. que proceda a substituição da suplência dos Deputado do PTB na Comissão de Constituição e Justiça conforme segue:

O Deputado Valdir Rossoni passa a ser suplente do Deputado Carlos Simões e o Deputado Ademar Traiano passa a ser suplente do Deputado Algaci Tulio.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo votos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 23.06.99.

(a) ADEMAR TRAIANO

**Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 1419

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento por dez (10) Sessões da discussão do projeto de lei nº 234/99, tendo em vista necessidade de um tempo maior para discussão das alterações contidas no presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 23.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

José Maria Ferreira, Ademir Bier e Edson Strapasson.

REQUERIMENTO Nº 1413

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o soberano Plenário a anexação do Projeto de Lei nº 475/96, de minha autoria ao Projeto de Lei nº 255/98, por se tratarem de matérias correlatas. (Recursos Naturais - Hídricos).

Sala das Sessões, em 23.06.99.

(a) NEIVO BERARDIN

REQUERIMENTO Nº 1414

Senhor Presidente.

Os Deputados abaixo assinados, integrantes de diversos Partidos constituídos nesta Casa de Leis, vêm pelo presente solicitar a instalação da Frente Parlamentar de Defesa da Agricultura Familiar do Estado do Paraná, conforme manifesto de lançamento anexo ao presente.

Nestes termos pedem deferimento conforme dispõe o Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 23.06.99.

(aa) NEREU MOURA, ADEMIR BIER, ORLANDO PESSUTI, PÉRICLES MELLO, HERMES FONSECA, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI E MILTINHO PUPPIO.

## REQUERIMENTO Nº 1400

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família da Senhora Geralda Vieira da Silva, falecida no dia 22 de junho de 1999, no Município de Indaiatuba.

Sala das Sessões, em 23.06.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

## REQUERIMENTO Nº 1401

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o douto Plenário, o envio de voto de pesar à família do Senhor José Valdemar Bernardino, falecido no dia 22 de junho de 1999, no Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 23.06.99.

(a) EDNO GUIMARÃES

## REQUERIMENTO Nº 1407

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jornalista Dino Almeida (Jornal Gazeta do Povo) pela comemoração de 35 anos de colunismo no Jornal "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 23.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Dino Almeida completou nesta semana 35 anos de colunismo no Jornal "Gazeta do Povo". Sua coluna denominada "Dino Almeida Informa" circulou durante este período ininterruptamente. Foram mais de 12.000 dias enfocando o mundo político, artístico, social e econômico do Paraná.

Dino Almeida, com sua coluna procura sempre retratar o que se passa em nossa cidade e em nosso Estado, trazendo fotos e registrando momentos importantes da vida de personalidades diversas. Por sua coluna já passaram todos os nomes de destaque nacional e até internacional.

Muito conhecido em nosso meio, é sempre um nome que está associado ao sucesso, à informação de qualidade, aos acontecimentos importantes e sua presença é marcante onde quer que esteja. Sua coluna é alvo certo de todos os leitores do Jornal "Gazeta do Povo", que não passam por ela sem lê-la na íntegra.

Pela comemoração de 35 anos da coluna Dino Almeida Informa, receba o colunista Dino Almeida, os votos de Congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

## REQUERIMENTO Nº 1408

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à diretoria eleita do Santa Mônica Clube de Campo (Av. João Gualberto, 916 - Curitiba).

Sala de Sessões, em 23.06.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Santa Mônica Clube de Campo elegeu dia 20 de junho último sua nova Diretoria, que deverá permanecer no cargo até o ano 2002. Disputaram a eleição duas chapas: União Terceiro Milênio (de oposição) e Família Moniquense (ala situacionista). A Chapa vencedora foi a Família Moniquense que apresentou como uma de suas bases de campanha as reformas e ampliação na parte estrutural do Santa Mônica.

O Santa Mônica engloba atualmente um universo de pessoas que chega a 50 mil entre associados (12.500 associados oficiais) e dependentes, que podem se distribuir numa área de 23 mil metros quadrados construídos. Foi inaugurado em 1961 e é um dos maiores clubes da nossa capital.

Integram a nova Diretoria:

Diretor-Presidente	João Manne
Diretor vice-Presidente	José Carlos da Fonseca Freitas
Diretor Secretário	Luiz Carlos Pereira Fraxino
Diretor Financeiro	Silvio Paulo Prodohl
Diretor Administrativo	Joel Souza e Silva
Diretor Cultural e de Turismo	Omar Fatuch
Diretor de Ecologia e Paisagismo	Ginaldo Azevedo Santos
Diretor de Engenharia	José Conceição Oliveira
Diretor de Esportes	Wilson José Melo Haenish
Diretor de Futebol	Lauro Larrson
Diretor de Golfe	José Luiz de Moraes e Silva
Diretor de Informática	Carlos Zanetti
Diretor Jurídico	Ary Nogueira da Silva
Diretor de Marketing	Marcos Malfatti
Diretor Médico	Kernal Dorrit
Diretor de Patrimônio	Ody Antonio C. Tomedi
Diretor de Planejamento	Ademir Wollmann

Diretor de Protocolo	Elon da Silva Garcia
Diretor de Relações Públicas	Eugênio Stefanelo
Diretor de Sauna	Arnold A. Monteiro
Diretor de Segurança	Gilberto Foltran
Diretor de Serviços	Francisco A. C. Martins
Diretor Social	João David P. Argenton
Diretor de Tênis	Josemar Jorge C. Santos
Diretor de Tiro	Iranil dos Santos
Presidente do Conselho Fiscal	João Darcy Ruggeri
Presidente do Conselho Deliberativo	Carlos Alberto Carlberg

Pela posse desta Diretoria e desejando sucesso na administração deste importante Clube, recebam os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1409

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jornal Folha da Imprensa (Rua Machado de Assis, 462 - Juvevê - Ctb), pela comemoração de seu 9 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 23.06.99.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Em 25 de junho de 1991 era fundada, no Graciosa Country Club, em evento que reuniu quinhentas personalidades da imprensa, política, empresariado, magistrados, parlamentares, autoridades e figuras de destaque do mundo social e cultural, o jornal matutino diário A Folha da Imprensa.

Quase uma década se passou e dentro em breve estaremos adentrando o ano 2000. A Folha da Imprensa tornou-se um modelo de periodicidade - circulando neste período diária e ininterruptamente no Paraná, incorporando-se à habitualidade diária do leitor de jornais - e de independência, espírito crítico e pluralidade de opiniões. É jornal genuinamente curitibano, voltado aos interesses da cidade, oferecendo a visão curitibana dos fatos. É hoje um dos jornais mais lidos e procurados pelos cidadãos da nossa Capital.

Para a comemoração do aniversário de 9 anos do conceituado jornal, foi inaugurado um novo Parque Gráfico que leva o nome do Jornalista Abdo Aref Kudri, que está comemorando 50 anos de Jornalismo. O parque gráfico, com as mais modernas

máquinas dará um novo impulso a este renomado veículo de comunicação.

Pela comemoração dos 9 anos de circulação da Folha da Imprensa, receba o seu Presidente Dr. Alcy Ramalho Filho, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 1411

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao "Grande Oriente do Estado do Paraná" pelo 20º aniversário, e ao Grão-Mestre, Doutor Cliceu Luis Bassetti, bem como a sua diretoria pelos relevantes serviços prestados a comunidade paranaense, pois em cada localidade deste Estado existe uma Loja Maçônica, que através da orientação e participação dos seus membros, ajuda as autoridades constituídas bem como as entidades filantrópicas e assistenciais, dando a sua participação na solução dos problemas de cada região.

Cumprimento ainda o Dr. Cliceu Luis Bassetti pela recondução por mais quatro anos no cargo de Grão-Mestre do Grande Oriente do Estado do Paraná, e a eleição do Grão-Mestre Adjunto, Fernando Antônio Alessi.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência ao Dr. Cliceu Luis Bassetti, na Praça Zacarias, 46 - 2º andar - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 23.06.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 1402

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Heinz George Herwig, solicitando a liberação de recursos para execução de obras de recapeamento (pavimentação asfáltica), nas Rodovias: PR-469, trecho Itapejara D'Oeste via Município de Verê, até a PR-281 (próximo a Dois Vizinhos), PR-475 trecho que liga a Cidade de Verê a PR-180.

Sala das Sessões, em 23.06.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### JUSTIFICATIVA:

Os trechos citados, encontram-se em péssimo estado de conservação, apresentando centenas de buracos, e praticamente inviabilizando o tráfego de veículos nestas rodovias.

#### REQUERIMENTO Nº 1403

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor João Alberto Sautchuk, Mui Digno Engenheiro Chefe do DNER no Estado do Paraná, solicitando a pavimentação asfáltica da Estrada Boiadeira, no trecho que faz a ligação entre os Municípios de Cruzeiro do Oeste e Icaraíma, na BR-484.

A construção do referido trecho é extremamente necessária, pois é uma estrada de grande tráfego de automóveis, principalmente de transporte de cargas e safra agrícola que é muito forte na região.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Antonio Mazzei, Prefeito Municipal (Rua J. E. Resende, 686) e ao Vereador Augusto Rodrigues Duarte, Presidente da Câmara Municipal (Av. Brasil, s/n) CEP: 87400-000 - Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 23.06.99.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1410

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, Senhor Jaime Lerner, solicitando a imediata liberação de recursos da ordem de R\$400.000,00, previstos no Orçamento do Estado, para a reforma no Orçamento do Estado, para a reforma no Colégio Estadual Regente Feijó, no Município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23.06.99.

(aa) PÉRICLES MELLO

LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

Desde o ano passado a comunidade e a população pontagrossense vêm denunciando a situação de completa degradação em que se encontra o prédio do Colégio Estadual Regente Feijó, e solicitando providências para sua reforma.

As fortes e continuadas chuvas que se seguiram nos meses de junho a setembro do ano passado e as deste último mês deste ano, vem colaborando para agravar ainda mais seu estado, acarretando perigo aos alunos, professores e funcionários do colégio. Chegou a uma situação em que os pais de alunos estão retirando seus filhos do colégio, temendo um desabamento ou algum outro tipo de acidente. Em dias de chuva, as salas de aula ficam completamente alagadas e os alunos precisam ser dispensados; estes são obrigados a colocarem suas carteiras no meio das salas, pois o assoalho, perto das paredes, está prestes a desabar. A defesa civil, que já chegou a interditar duas salas de aula, está ameaçando interditar todo o colégio, pois este tor-

nou-se um perigo iminente para todos os que o ocupam.

A Secretária de Estado da Educação, Senhora Alcione Saliba, comprometeu-se em liberar os recursos para as obras, mas somente para o mês de outubro. Sendo assim, dada a extrema gravidade da situação do prédio do Colégio Regente Feijó, que tem deixado apreensivos pais, alunos, professores e funcionários, que temem a ocorrência de uma tragédia, como um desabamento, solicitamos ao Senhor Governador do Estado que faça uma exceção e libere, imediatamente, os recursos previstos para a reforma do prédio deste colégio.

#### REQUERIMENTO Nº 1418

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Arquiteto Jaime Lerner e ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, solicitando a urgente recuperação da Rodovia Parigot de Souza - PR 092 - trecho Santo Antônio da Platina, Jaguariáiva.

Requer ainda que a decisão do douto Plenário seja comunicado os Senhores Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais dos Municípios que integram a AMUNORPI - Associação dos Municípios do Norte Pioneiro.

Sala das Sessões, em 23.06.99.

(a) BETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

A PR 092 é uma das rodovias mais movimentadas do Estado e, hoje, lamentavelmente se encontra em total estado de abandono, gerando clima de profunda decepção junto as milhares de pessoas que nela transitam diariamente.

Esta rodovia, além de ser uma das principais entradas de veículos que adentram o nosso Estado via São Paulo e Mato Grosso do Sul é de fundamental importância para os interesses econômicos e sociais da região do Norte Pioneiro e ao nosso entender, não merece o estado de calamidade em que se encontra, tanto na sua pavimentação asfáltica que quase não existe mais dado a milhares de buracos e crateras, quanto ao seu acostamento onde extenso matagal prejudica a visibilidade dos motoristas.

Por estas razões, apelamos para que esta augusta Casa de Leis, apóie nossa reivindicação solicitando que o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes proceda a sua urgente recuperação.

#### REQUERIMENTO Nº 1421-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Cândido Martins de Oliveira, Secretário de Estado de Segurança Pública, solicitando providências no sentido de solucionar os problemas de segurança pública, ocorridos com os reassentados de Salto Caxias - Reassentamento Santa Bárbara.

Sala das Sessões, em 23.06.99.

(a) IRINEU COLOMBO

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento, justifica-se pela necessidade de coibir as abordagens feitas por um "grupo armado", que estão fazendo várias ameaças na estrada pública que leva até o reassentamento Santa Bárbara, Fazenda Refopaz, Grupo Santo Izidoro, entre as Cidades de Cascavel e Catanduvas. A cerca de 40 dias vários reassentados sofrem revistas, são mostradas armas de fogo e feitos disparos para cima, este grupo de encapuzados se denomina "Pistoleiros Profissionais", e dizem que a abordagem se faz necessário para que não haja mais "sem terra", andando pela referida estrada.

#### REQUERIMENTO Nº 1415

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, junto à TELEPAR - Telecomunicações do Paraná S/A, esclarecimentos sobre a alta de preço aplicada por este órgão.

Conforme divulgação feita, os preços ora praticados chegam a casa de 19,6%, quando a inflação no período não ultrapassou a metade deste índice, na qualidade de Deputado Estadual fiz parte da Comissão a favor da privatização desta organização, com o intuito de reduzir as tarifas e melhorar a qualidade de atendimento.

Requer outrossim as providências cabíveis de Vossa Excelência.

Sala das Sessões, em 23.06.99.

(a) CLEITON KIELSE

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 354/99

A Assembléia Legislativas do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN no Município de Paçandu.

Art. 2º - A CIRETRAN de Paçandu terá jurisdição sobre os Municípios de Doutor Camargo, Flo-

resta, Ivatuba e São Jorge do Ivaí, além do Município-Sede, Paçandu.

Art. 3º - Poderá o Departamento de Trânsito do Paraná estabelecer parceria, através de convênio, com a Prefeitura Municipal de Paçandu, visando a funcionalidade da CIRETRAN de Paçandu.

Art. 4º - As despesas decorrentes da implantação da CIRETRAN são as oriundas do Orçamento Geral do Estado.

Art. 5º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 23.06.99.

(a) RICARDO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Paçandu, segundo estimativa do IBGE, possui 30.783 habitantes, com média anual de licenciamento de veículos aproximada a 2.000.

Computando-se os municípios que farão parte da CIRETRAN de Paçandu, inclusive Paçandu, atingir-se-á uma população estimada em 45.323 habitantes, segundo o IBGE.

A média de veículos licenciados nesses municípios é de 5.000, o que se torna um número significativo de serviços a serem executados anualmente pela nova CIRETRAN.

Pretende-se, criando a CIRETRAN de Paçandu, desafogar os trabalhos da CIRETRAN de Maringá, que hoje atende 09 municípios, além de Maringá, com volume grande de usuários, o que tornam morosos os serviços prestados.

O Código Nacional de Trânsito, em seu art. 31, estabelece possibilidade de criação de novas Circunscrições Regionais de Trânsito no país.

A nível de Estado do Paraná, a criação de CIRETRANs são disciplinadas pela Lei Estadual nº 7.811/83 e regulamentadas pelo Decreto nº 3.382/84.

A possibilidade de parceria entre o Departamento de Trânsito do Paraná e a Prefeitura Municipal de Paçandu, proposta neste Projeto de Lei, virá facilitar a implantação da CIRETRAN de Paçandu, com relação a local, recursos e até pessoal de apoio.

O presente projeto de lei tem fundamento no art. 53 e inciso XI, da Constituição do Estado do Paraná.

#### PROJETO DE LEI Nº 355/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário ao Sr. Clóvis Aquino.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.06.99.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

Clóvis Aquino, ator, nasceu em Porto Alegre, em 19.12.1939. Começou sua vida artística em 1947, atuando como rádio-ator. Foi o Palhaço Lollobrígido dos circos e teatros e, nos anos 50, já fazia parte do Teatro de Revista do Rio de Janeiro, atuando em espetáculos musicais junto de Virgínia Lane, a "Vedete do Brasil", de Mara Rúbia e Celeste Aída.

Foi o pioneiro da telenovela brasileira, atuando na TV Tupi de São Paulo. Participou de diversos filmes brasileiros, como *O Mundo da Lua* e *Rico Ri à Toa*, e atuou em chanchadas ao lado de Zé Trindade, além de peças teatrais e telenovelas nas companhias de Rui Cavalcanti, Colé, Grande Otelo, Violeta Ferraz, Walter D'Ávila, Consuelo Leandro e Lia Mara, entre outros.

No final dos anos 50, o ator deixou o Rio de Janeiro e veio para Curitiba, onde integrou-se ao Teatro Paranaense de Comédia. Este trabalho lhe deu a possibilidade de ser o pioneiro na interiorização do teatro no Paraná. Viajou por todos os estados do sul, levando consigo a arte e a cultura paranaense.

No Paraná, foi artista exclusivo do Canal 6 e depois do Canal 12, onde trabalhou em novelas como *O Direito de Nascer*, *Almas Torturadas*, *A Escrava Isaura*, *Minha Neta Querida*, *Figueira do Inferno*. Em 1979, filmou *Maria Bueno*, para a Rede Bandeirantes de Televisão, junto com Gilda Elisa e Agnaldo Rayol e um elenco de mais de 70 atores. Em 1989, junto com Everton de Castro, participou das filmagens do especial *Colônia Cecília*, também para a Rede Bandeirantes.

Clóvis Aquino dirigiu o famoso Teatro São João, na Lapa, durante quatro anos, dando grande contribuição cultural àquele histórico município. No teatro do Paraná, atuou em mais de 100 produções. Entre tantos textos famosos, destaca-se: *Os Rapazes da Banda*, *Cinderela do Petróleo*, *Como Matar um Playboy*, *A Próxima Vítima*, *Obrigada pelo amor de Vocês*, *Chapéu de Selo*, *A Figueira do Inferno*, *Amanhã se não Chover*, *Nêga de Maloca*.

Sua mais recente atuação tem sido na peça *O Vampiro e a Polaquinha*, da obra de Dalton Trevisan, em cartaz há seis anos, que tem sido sucesso de público em todo o Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 356/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O § 4º do artigo 55 da Lei nº 11.580 de 14 de novembro de 1996, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 55 - ...

§ 4º - Sem prejuízo do disposto no Art. 40, o valor mínimo das multas é o equivalente ao de 2 (dois) U.P.F./PR, em vigor na data da lavratura do auto de infração ou na data da incidência da multa, em se tratando da penalidade prevista no inciso I do § 1º deste artigo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.06.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Temos recebido inúmeras solicitações de Prefeitos e Vereadores de vários municípios, bem como da sociedade em geral para a redução do teto de multa de 4 para 2 U.P.F./PR objeto do § 4º do artigo 55 da Lei nº 11.580 de 14 de novembro de 1996.

A proposição em tela, tem por objetivos buscar redução dessa penalidade, muito especialmente em benefício dos pequenos contribuintes.

A maior ou menor intensidade do parque industrial do Estado é o índice mais seguro de seu progresso. Só os povos civilizados possuem indústria. Só os povos que possuem indústria própria podem se considerar economicamente independentes. Os povos que não possuem essa alavanca propulsora da riqueza, permanecerão eternos caudatários dos outros industrializados.

Temos notado freqüentemente ao percorrer o nosso Estado, a retração dos negócios, entretanto, a coragem do povo sentimos como que um novo sangue a circular-lhe nas artérias, e o erário público, com a arrecadação que daí advier, ver-se-á em melhor situação para enfrentar os problemas da administração pública.

Reduzindo-se essa multa para um valor mais condizente, temos certeza da colheita de arrecadação mais rápida e produzindo frutos almejados por todos.

PROJETO DE LEI Nº 357/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Acrescenta parágrafo e dá nova redação ao Parágrafo Único, do Art. 1º, da Lei nº 122.130, de 29 de abril de 1998:

"Art. 1º - ...

§ 1º - A CIRETRAN de Sarandi, terá como área de abrangência, além da sede do órgão, a unidade municipal de Marialva.

§ 2º - O Município de Itambé, voltará a pertencer a área de abrangência da CIRETRAN de Maringá”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.06.99.

(a) DURVAL AMARAL

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, trata da exclusão do Município de Itambé da CIRETRAN de Sarandi, visto que a distância entre os dois municípios é muito grande e, a população está encontrando dificuldades, pois já estava habituada a tratar de assuntos pertinentes ao órgão junto a CIRETRAN de Maringá.

PROJETO DE LEI Nº 358/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica definido o conceito de concursos de prognósticos para o sistema lotérico estadual, obedecidas disposições do artigo 195 da Constituição Federal, regulamentado pelo artigo 26 da Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e artigo 35 do Decreto nº 2.173, de 05 de março de 1997, ainda art. 51 do Decreto-Lei nº 3.688 de 03 de outubro de 1941.

Parágrafo Único - Considera-se concurso de prognósticos todo e qualquer concurso de sorteio manual, mecânico ou eletrônico de números ou quaisquer outros símbolos, loterias e apostas de qualquer natureza, promovidos pelo Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR.

Art. 2º - O Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR é órgão estadual autorizado, exclusivamente, a explorar na circunscrição do Estado concursos de prognósticos, podendo delegar a terceiros a operacionalização do sistema mediante procedimento licitatório específico.

Art. 3º - Caberá ao Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, a supervisão, a fiscalização e o controle financeiro dos concursos de prognósticos integrantes do sistema lotérico estadual.

Art. 4º - A destinação da receita líquida resultante da realização dos concursos de prognósticos, obedecerá as determinações prescritas em lei.

Art. 5º - Fica vedada a implantação, por entidades privadas, de qualquer modalidade de jogo no Estado do Paraná, não integrante do sistema lotérico estadual, que estabeleça modalidades de concursos de prognósticos já implantadas.

Parágrafo Único - A infração ao presente artigo, implica em apreensão do material e equipamentos utilizados para sorteio e realização de apostas, multa e aplicação das penalidades constantes da Lei das Contravenções Penais.

Art. 6º - As modalidades de concursos e prognósticos integrantes do sistema lotérico estadual, serão regulamentadas e introduzidas pelo SERLOPAR, através de Portaria da Presidência.

Art. 7º - Os jogos do sistema lotérico de concursos de prognósticos estadual serão operacionalizados pelo sistema *on line/real time*, tendo em vista a segurança e confiabilidade do sistema e proteção aos direitos do consumidor/apostador.

§ 1º - Ficam restritos à operacionalização pelo sistema *off line*, os jogos lotéricos estaduais de loteria de bilhetes e raspinha, até que se possibilite tecnologicamente o seu câmbio para o sistema *on line/real time*.

§ 2º - O Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, poderá instituir concursos e prognósticos no sistema lotérico estadual que representem estágios tecnologicamente mais avançados.

Art. 8º - A presente lei terá aplicação em todo o território do Estado do Paraná.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.06.99.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por objetivo definir, em conformidade com o disposto no art. 195, da Constituição Federal, os concursos de prognósticos da Loteria do Estado do Paraná.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Não há Expediente a ser lido, passamos ao Pequeno Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Irineu Colombo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)



Sr. Presidente, o Deputado Irineu Colombo está numa entrevista e estou inscrito como segundo orador. Posso pedir a precedência?

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Pode.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Nesta manhã a Assembléia teve a satisfação de receber neste Plenário os Prefeitos e Secretários de Educação do nosso Estado. Não tenho dúvida que sob a Liderança do Presidente da Comissão de Educação desta Casa, Deputado Irineu Colombo, foi feita uma boa reunião, uma reunião de discussão, uma reunião de encaminhamento, uma reunião para que pudéssemos ter a solução para um problema que é angustiante nos municípios do nosso Estado, que é o transporte escolar.

O município tem a sua responsabilidade, o Estado e a União, determinado não só pela Constituição, e também para Lei de Diretrizes de Base Nacional da Educação. Esta é uma atribuição que o Estado não vem cumprindo a despeito de termos uma lei, a lei que criou o programa de transporte escolar no Estado do Paraná, por sinal de nossa autoria, já promulgada em maio de 97, e tendo sessenta dias para a sua regulamentação. Até hoje o setor educacional de nosso Estado não foi contemplado com a regulamentação desta lei que virá, com certeza, desonerar os municípios do nosso Estado de um encargo que não lhe é devido. Em função do grande número de estudantes matriculados no 2º grau, ou da 5ª a 8ª que é a área de responsabilidade do Governo do Estado, o município vem fazendo esse transporte, só que vem pesando, e este peso que os municípios, congregados na Associação dos Municípios do Paraná, vem num processo de discussão há meses com o Governo do Estado, especialmente com a Sra. Secretária Alcione Saliba. Hoje convocada, era para estar aqui, infelizmente não pôde vir em função a uma viagem que fez ao Rio Grande do Sul, mas já existia um cronograma do Governo de que até o dia 30 daria uma solução. E é o que esta Comissão de Educação, liderada pelo Deputado Irineu Colombo, e que também fez parte aqui hoje o Deputado Algaci Tulio, o Edson Strapasson, Edson Praczyk, esse Deputado que vos fala, Edgar Bueno, Orlando Pessuti e Hermes Fonseca, buscando com isso fazer um entendimento e criar, porque não dizer, uma pressão de reivindicação junto ao Governo do Estado para que ele priorize politicamente a educação do nosso Estado. Parte dos recursos que normalmente iriam para a melhoria do quadro dos professores para a sua qualificação e iriam para a criação de um robusto programa didático dos municípios, hoje nós esta-

mos vendo aplicado no transporte, responsabilidade do Estado do Paraná.

Em maio, os Prefeitos reunidos em torno da AMP, já estavam decididos a não mais patrocinar o transporte de 5ª a 8ª e do 2º grau em seus municípios, que são de responsabilidade do Governo do Estado. E estão firmes no propósito de que se não houver uma decisão até o dia 30 próximo, a partir de agosto, os municípios deixarão de patrocinar o transporte escolar.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, peço a atenção nesta questão, que ajude a encaminhar, junto ao Governo do Estado, especialmente da Liderança do Deputado Valdir Rossoni, o entendimento para que possa e permita aos representantes, Srs. Prefeitos, um acordo firmando um termo de cooperação, estabelecido já em lei, para que nós tenhamos os municípios do nosso Estado, também contemplados com a questão do transporte, a exemplo de Santa Catarina, Minas Gerais e outros Estados que já têm essa prática. O Paraná está atrás, sendo só uma questão de priorização política do nosso Estado. É nesse sentido que venho nesse Pequeno Expediente, fazer essa comunicação à Casa e pedir o empenho dos Srs. Deputados, porque serão nas suas bases procurados pelos prefeitos, para que dêem apoio a essa proposta, que é regulamentação da Lei 11.721.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje, pela manhã, aqui, na Assembléia Legislativa, aconteceu uma reunião muito importante para o Paraná e para a agricultura, sobretudo a agricultura familiar. Fizemos a instalação da Frente Parlamentar de Defesa da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária no Estado do Paraná. Esta Frente Familiar, Sr. Presidente, subscrita pelos seguintes Deputados: Nereu Moura, Irineu Colombo, Orlando Pessuti, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Waldyr Pugliesi, Ademir Bier, Antonio Annibelli, Péricles Mello, Ângelo Vanhoni, Hermes da Fonseca, Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk, Augustinho Zucchi, Elio Rusch, Pastor Edson, José Maria Ferreira, Algaci Tulio, Duílio Genari, Serafina Carrilho, Divanir Braz Palma, Edno Guimarães, Ademar Traiano, Hermas Brandão, Nelson Garcia, Cesar Seleme, Marcos Isfer, Moisés Leônidas e Antonio C. Belinati. São os Deputados que subscreveram o manifesto de lançamento da Frente Parlamentar de Defesa da Agricultura Familiar da Reforma Agrária, que é responsável por grande parcela da produção do

nosso Estado do Paraná. Produção de 83% do feijão; 85% da mandioca; 62% do milho; 86% do leite, 92% do frango, 82% do suíno; 88% do fumo; 46% da soja; e 47% do trigo. Para falar desse importante evento, queremos convidar aqui para fazer o uso da palavra, a Salete, que é representante da Agricultura Familiar do Sul do Brasil.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Concedo a palavra a Salete.

A SRA. SALETE

Srs. Deputados, Presidente da Assembléia Legislativa, Anibal Khury, estão aqui nesta Casa no dia de hoje cerca de duzentos agricultores familiares, representados pela Agricultura Familiar, organização essa instituída no início desse ano, que tem como objetivo representar os agricultores familiares, criar uma identidade dos agricultores familiares e buscar a dignidade desses agricultores no cenário de nosso Estado e do nosso País.

Senhores Deputados, a situação do campo se agrava.

Nos últimos dez anos mais de 195 mil propriedades de agricultores familiares deixaram o campo. O aumento da pobreza e do desânimo dos agricultores familiares é visível.

É uma situação que merece a atenção especial dos Senhores Deputados, e do governo do Estado.

Nas cidades a situação não é melhor. Aumenta a cada dia o desemprego, a violência, o desânimo e para nós esse problema é complexo e precisa, exige uma aplicação coerente dos recursos públicos para uma política séria de geração de empregos e de renda.

Estudos recentes do BNDES, publicados na Folha de São Paulo do ano passado, apontam para um milhão de reais empregado no setor automobilístico, gera 12 empregos.

Esse mesmo montante aplicado na agricultura familiar geraria mais de 250 empregos.

Outro dado assustador para nós, publicado na Gazeta Mercantil - "balanço anual da empresa Souza Cruz, que aponta um aumento do ganho da empresa de 105 milhões em 94, para 480 milhões em 98".

Dados esses que nos assustam porque a contrapartida que são os agricultores familiares, responsáveis pela produção de fumo, nada de aumento tiveram nos seus preços e a sua situação de descapitalização aumenta a cada dia.

Somos um conjunto de entidades, sindicatos e trabalhadores rurais, cooperativas de crédito, associações, UNGs e CPTs no Estado do Paraná, que acreditam e defendem que a agricultura familiar é

um dos principais agentes de desenvolvimento do país, em especial aqui do nosso Estado.

É através do seu apoio e fortalecimento, que as economias locais, principalmente dos pequenos e médios Municípios, terão condições de se desenvolver com a ampliação dos postos de trabalhos, tanto na agricultura, como na indústria e comércio e serviços.

O seu papel também é fundamental para a produção de alimento para o mercado interno e exportação.

Além de contribuir significativamente para a garantia da segurança alimentar e a proteção ao meio ambiente.

Nesse sentido estamos propondo a esta Casa, a Assembléia Legislativa e ao Governo do Estado, a criação de um Programa de Estado para a agricultura familiar, que contemple um seguro agrícola, que se dê garantia e proteção da renda, uma legislação sanitária para produtos agro-artesanais da agricultura familiar, a criação do FUNDAF, projeto esse que se encontra há dois anos nesta Casa, que destine recursos para o crédito e para o fundo de aval àqueles agricultores que estão fora das políticas de crédito por não oferecerem garantias ao sistema financeiro.

Além disso, um programa de Habitação Rural até hoje a habitação pública está voltada apenas para os trabalhadores da cidade.

Estamos mostrando a necessidade e a importância da criação de um Programa de Habitação Rural.

Além disso, recursos para Assistência Técnica aos nossos agricultores familiares e um programa de Educação Rural voltada as demandas da Agricultura Familiar.

Por outro lado, trazemos com preocupação e solicitamos à Assembléia Legislativa que agilize a proibição do plantio e a comercialização dos produtos transgênicos no Estado do Paraná e também que crie um programa de incentivo a produção agroecológica do Estado.

Gostaríamos que os Senhores Deputados, não só apoiassem as nossas reivindicações dos agricultores e agricultoras familiares, mas que trabalhassem no sentido de aprovar os projetos que se encontram nessa Casa, que dizem respeito as reivindicações dos agricultores e agricultoras familiares.

Também solicitamos aos Deputados que junto com as entidades representativas dos agricultores familiares, trabalhem na elaboração de um programa de Estado para a agricultura familiar.

Tudo isso, Senhores Deputados, para que de uma vez por todas, possamos dar resposta positiva à população rural, que não passa hoje apenas por uma carência de investimentos públicos para melhor se desenvolver, mas, passa, sobretudo, por uma

grave situação de conflito e desrespeito aos direitos humanos.

E a violência física é a marca pungente dos assassinatos ocorridos recentemente.

Gostaria de pedir aos Deputados que ainda não se integraram na defesa da agricultura familiar, que se integrem a essa frente.

E com certeza ela terá um papel fundamental para mostrar à sociedade paranaense a importância estratégica da agricultura familiar.

Pedir um projeto de desenvolvimento que inclua todos aqueles trabalhadores do campo, que hoje estão excluídos de qualquer desenvolvimento.

Que seja um projeto para contrapor o projeto político e econômico do nosso país que por ora tem aumentado a exclusão social e econômica dos agricultores familiares.

Nesse sentido solicitamos aos Deputados a aprovação do requerimento para a instalação da Frente Parlamentar de Defesa da Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

Por último, queremos agradecer todos os Deputados que aderiram a Frente Parlamentar e em especial ao presidente Anibal Khury pelo seu apoio na luta do fortalecimento da agricultura familiar.

Como bem disse o Deputado Nereu Moura, a agricultura familiar representa hoje 80% dos postos de trabalho aqui no campo e é o responsável, quase que por 80% dos principais produtos que vão para a cesta básica.

Somos nós agricultores que arcamos com o ônus do combate à inflação e a manutenção do Plano Real.

Para encerrar, somos a mão que alimenta a Nação.

Os produtos consumidos pela população das grandes cidades são produzidos pelo trabalho constante dos agricultores e agricultoras familiares. Fazemos isso com muito orgulho.

Hoje, estamos trazendo o pedido, a solicitação aos Deputados para que a adesão à frente Parlamentar em Defesa da Agricultura Familiar signifique um compromisso desses Deputados, com a instalação de uma política agrícola voltada para a agricultura familiar.

E com isso possamos ter de volta a vontade de viver, o ânimo e a alegria.

E, com o apoio e o compromisso dos Deputados junto ao Governo do Estado, para que aprove o Fundo de Apoio à Agricultura Familiar; projeto de seguro agrícola, legislação artesanal e que se estabeleça de vez um programa de estado e não mais programa do Governo.

Que possamos ter garantia e tranquilidade de que os incentivos e os recursos cheguem em nossas mãos em tempo e em quantia adequada, para que possamos continuar trabalhando, produzindo ali-

mentos, que é o que fazemos com muito amor, vontade e orgulho.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Agradecemos a presença da representante da Agricultura Familiar.

Concedo a palavra ao Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O Banco Central acaba de trazer ao conhecimento da Nação que até o dia 30 de maio de 1999, já neste ano o Brasil pagou cinco bilhões, oitocentos e cinquenta milhões de dólares, de juros para os nossos credores externos.

É importante que tenhamos hoje aqui nesta Casa Senhor Presidente muitos jovens que têm que fazer logo cedo da rebeldia e da sua organização o caminho para se conquistar as coisas nesse país. Porque estes dados Senhores Deputados, praticamente eles são do desconhecimento de quase toda a Nação.

Estamos vendo aqui, na frente do Palácio, milhares de companheiros. Os acampados que estão aí em busca da terra, que necessitam para plantar e para viver. Vimos outro dia as marchas dos professores vindo desde Ponta Grossa até aqui, a pé, para a conquista de apenas e tão somente 29,4% de reposição salarial que eles necessitam. Os jovens neste país e da maneira que está caminhando, é uma Nação que tem o seu futuro ameaçado estão reclamando praticamente de tudo. É uma Nação doente, não existe dinheiro para nada. Só que o Banco Central publica, que só neste ano de 1999, jovens agricultores, que estão aqui, praticamente pagamos seis bilhões de dólares aos agentes especuladores internacionais. Saibam todos, que até o fim do ano esta Nação terá que pagar cem bilhões de dólares, exatamente, porque hoje o Brasil está devendo duzentos e trinta e um bilhões e seiscentos milhões de dólares lá fora e, a dívida interna acaba de bater no patamar dos quatrocentos bilhões. Saibam todos vocês o que é que estão fazendo os governantes brasileiros? Vendendo tudo, acabando com o patrimônio público, que foi construído por toda a Nação brasileira durante décadas e décadas. Agora mesmo, o Governo Jaime Lerner está fazendo as iniciativas iniciais, vamos dizer assim numa redundância para conseguir os créditos que virão dos Royalties de Itaipu desde agora até o ano 2023. No meu entendimento Senhores Deputados, estamos fazendo um saque contra o futuro. A SANEPAR já podemos dizer, não é mais do povo do Paraná. A COPEL uma empresa que é das melhores que podemos ter aqui no Brasil, também está sendo

privatizada na sua totalidade. O BANESTADO já poderemos dizer que está privatizado. Não será mais do povo do Paraná. As estradas foram concedidas à iniciativa particular. Aí com todos esses milhões de dólares que a Nação tem que pagar para os credores internacionais, certamente vai faltar o dinheiro que financiaria a produção agrícola, vai haver a falta de recursos para que possamos ter uma escola que realmente ensina os jovens a caminhar, para amanhã, terem uma profissão e cuidarem da sua vida nesse País.

Estamos aqui para defender a escola pública, universal gratuita, porque aí sim, como dizem até agora os mais ferrenhos defensores do capitalismo que está em vigor no mundo, estão dizendo que os capitalistas precisam encontrar uma saída, senão o capitalismo estará morto. É um regime selvagem que não privilegia os verdadeiros anseios de toda a sociedade brasileira. Fica aqui a nossa posição clara em relação a esses assuntos e queria dizer, a título de esclarecimento, que agora há pouco na Comissão de Constituição e Justiça fiz o uso simples e corriqueira de uma expressão mexicana que muitos não entenderam o significado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra ao deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria de desejar boas vindas aos professores, aos estudantes, aos agricultores da agricultura familiar que se fazem presentes nesta Casa.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná vive momentos de indagação, debates, questionamentos, com a presença - dos agricultores sem-terra, representantes da agricultura familiar. Na semana passada recebemos os professores discutimos o plano de cargos, carreira e salários. Estamos recebendo a visita de mais representantes da agricultura familiar, representantes de escolas.

Hoje pela manhã tivemos uma reunião da Comissão de Educação, já foi relatado aqui pelo Deputado José Maria Ferreira, para demonstrar a preocupação para este Plenário com relação à falta da representação da Secretaria de Estado da Educação que poderia ter mandado alguém e comunicar à Casa que ficou uma reunião para o dia 1º, já estaremos no recesso, mas esta Casa não vai faltar à responsabilidade, nem estando em recesso. Vamos receber os prefeitos, vamos receber os técnicos da Secretaria, o Secretário de Educação e os Deputados estarão tentando intermediar uma solução para o transporte escolar do Estado do Paraná.

Uma segunda preocupação com relação à educação no Estado do Paraná. O Conselho Estadual de Educação está sem quórum para funcionar. Falta a nomeação de cinco membros e o Governo do Estado não está nomeando esses cinco membros. Os nomes já estão sobre a sua Mesa. Há uma legislação que ampara a educação, a educação de estudantes e o governo apenas precisa homologar, colocar na imprensa oficial. O governo não está fazendo isso e tem causado problemas seríssimos para a educação do Paraná. Têm várias e várias ações na Justiça, por conta da interpretação mal feita pela Secretaria de Estado, da legislação e quem está interpretando a legislação e colocando em deliberação ou resolução é o Conselho Estadual. Muitas vezes, a deliberação do Conselho Estadual não está sendo levada em consideração pela Secretaria de Estado da Educação e algumas deliberações são prejudicadas pelo quórum do Conselho Estadual. Então queria fazer um apelo em nome, inclusive, da educação do Paraná, ao Deputado Anibal Khury - Presidente da Assembléia, pelo prestígio que tem, para que efetivamente fizesse com que o Estado do Paraná enfrentasse mais uma crise na educação que é uma crise de legislação, que é uma crise legal. E, aliás, crise legal é nossa reponsabilidade mesmo, lei é conosco. Então é o apelo que faço a V. Exa. para que o Conselho Estadual de Educação esteja plenamente composto com 5 vagas.

Por fim, já faço um requerimento pedindo o Horário da Liderança do PT, porque a exposição que vou fazer é bastante longa. Por fim, tratar do assunto que me traz à tribuna, especificamente Srs. Parlamentares, sobretudo os representantes do Bloco Ruralista desta Assembléia, inúmeras vezes a Bancada do PMDB, do PT, sobretudo o PT, tem denunciado que as ações da Polícia Militar foram absurdas e ilegais. Inúmeras vezes nós falamos que mulheres com crianças no colo, duas ou três horas da madrugada, ficavam de pé chorando com a criança no colo, e na sua frente um policial da polícia Militar do Paraná encapuzado. Inúmeras vezes nós perguntamos: onde é que está esta mulher, onde é que está esta criança, qual é o destino que o Estado do Paraná deu, além de bordoadas da PM? Nós perguntávamos isto e denunciávamos ato ilegal do Governo. Que o Governo Jaime Lerner tem que ser responsabilizado.

Hoje os jornais estampam, a Imprensa, a televisão nacional estampa a vergonha do Estado do Paraná quando a máscara cai. E eu falei aqui em dois pronunciamentos e dei entrevista, de que havia filmagem dentro da própria Polícia Militar que comprovava que as ações foram absolutamente ilegais. Sem mandado de segurança! Eu falei, aqui, neste Plenário! De madrugada, eu falei neste Plenário, ou melhor, nós falamos. O Governo do

Paraná na mera alegação que está cumprindo ordem judicial, transgride a lei e em nome da lei. O Governo tem que responder não ao Paraná, Deputado Valdir Rossoni, mas responder ao Brasil porque os direitos humanos não são aqui considerados e a lei com relação ao tratamento digno que a pessoa tem que ter, não é levada em consideração.

Onde estão essas mulheres e essas crianças? É a pergunta que faço, porque a dimensão é absoluta humana e nós temos que trabalhar aqui. Mas os jornais trazem, um deles, fitas, e tem mais revelações a Imprensa, porque são 3 fitas de vídeo. As fitas têm duração, em média, de 50 minutos cada uma. Mostram que fazendas foram desocupadas sem mandado judicial e que foi só entregue no outro dia. Algumas das 40 fazendas que foram desalojados os sem-terra, não havia sequer mandado de segurança e até hoje não tem. E que havia um conluio com a UDR - com a sociedade ruralista. Aqui está comprovado nas mensagens, nas declarações dos jornais e eu denunciei, naquela ocasião, o Presidente da UDR lá na Região de Querência do Norte, quando da morte do meu amigo Agnoni, da minha Cidade de Medianeira, feirante de Medianeira.

Então a máscara do governo efetivamente cai. E não vai ter que responder a nós, vai ter que responder à Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional e tem que responder perante a anistia internacional e perante a sociedade brasileira. O Governo do Paraná tem que tomar uma providência se quiser resgatar a sua imagem, pelo menos, de respeito aos direitos humanos. Porque a polícia treina, naquelas fitas, Deputado Péricles, não para dar proteção às famílias do Paraná, treinam para a guerra, a imagem da polícia tem que ser transformada, há necessidade efetivamente da polícia, mas uma polícia cidadã, uma polícia que seja capaz de abordar o cidadão e lhe dar proteção, e efetivamente condenar, acompanhar, investigar delitos daqueles que são efetivamente bandidos. Agora, tratar o movimento social como se trata num treinamento para a guerra é o maior absurdo que se faz.

Os vídeos que continuarão a aparecer e mais, e mais reportagens, claramente vão colocar o governo, tem vídeos que são pelo menos 3 anos atrás, aí vão dizer: Não, aquele soldado não está mais na corporação. Ora! O Estado do Paraná, o Governo do Estado do Paraná não se resume no homem da polícia, é o Estado que tem uma política de Estado, então, a responsabilidade sempre é do Estado, mesmo que as pessoas que cumpram ordens sejam indiferentes, e por isso encapuzada é o Estado que não tem "cara" para mostrar. "Polícia cidadã" que protege o povo do Paraná não usa capuz, e faz a ação com acompanhamento de testemunhas, como por exemplo o oficial de justiça durante o dia,

durante o clarão do sol. Aqui tem uma proposta, para que absurdos como esse, que essa criança e essa mulher, estão gripadas, sem terra, passando fome, e o Governo desalojou querendo que eles vivam no cabide? Que seja acompanhada essa mulher e essa criança pela comissão de terras desta Assembléia. Que a Comissão de Terras possa efetivamente, quando tiver desalojamento, nós acompanharemos - eu me proponho a fazer isso - aliás digo mais, para que atrocidades deste nível no Estado do Paraná não aconteça, estou disposto a ficar naquelas propriedades em que tiver acampamento sem-terra, ficar pousando ali para certificar, ou pelo menos para tentar barrar efetivamente e fisicamente a ação truculenta que foi demonstrada pela polícia, porque até a mim chocou profundamente. É de chorar, quem escuta só o áudio daquelas fitas de vídeo. A mim foi dado o áudio da fita de vídeo. É de chorar, Deputado Waldyr Pugliesi.

Uma criança de 6 anos, na frente de policiais, pede para ele sair do lado, para limpar o cocô que ele fez na calça, porque o temor foi tão grande às 3 horas da manhã e ele fez o cocô na calça, Deputado.

O frio pegando, estas crianças não foram minimamente tratadas. Tem uma cena absolutamente chocante, em que uma criança, às 5:30 da manhã, na frente de um barraco, quando o trator do fazendeiro vem passando, demolindo os barracos, a criança dentro do barraco porque a mãe e o pai haviam sido presos.

O Comandante Neves, famoso Comandante Neves, manda o soldado retirar a criança e ao mesmo tempo o outro serviço seria 3 corporações filmando, um dos serviços que estava filmando. filme o soldado tirando a criancinha de lá, mas ele falou não com essa calma. Tire, tire a criancinha ou o trator passa por cima! Ah! Aproveitem e filmem para mostrar que a polícia trata bem as crianças sem-terra.

É o cinismo, é a ironia com que trata o ser humano. Eu volto a perguntar ao Governador Jaime Lerner e ao Bloco Ruralista, onde está esta criança, onde é que está a mãe, que foi duramente sacrificada aquela noite, no frio, andando a pé? Onde estão as crianças dos acampamentos? Querem sentir horror? Passem no meio dos barracos dos sem-terra aqui, cheiro de xixi, lama, porque as condições são precárias e eles não perdem a dignidade de lutar.

Caiu a máscara Governo Jaime Lerner? Responde para a anistia internacional por quê que se comete aqui violação absurda aos direitos humanos?

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente, Senhor Presidente, quero me somar à manifestação, já realizada desta tribuna pelo Presidente da Comissão de Terras, Imigração e Colonização, da Bancada do PMDB, Deputado Nereu Moura, no que diz respeito ao apoio que esta Assembléia, pela grande maioria, se não pela totalidade dos seus membros, liderados por V.Exa., o Presidente Anibal Khury, tem dado nos últimos dias a todas as pessoas e a todos os segmentos que a esta Casa comparecem em busca de esclarecer os seus problemas e buscar solução para estes mesmos problemas.

Semana passada, no dia 16 de maio, aqui tivemos os agricultores integrantes do Movimento Sindical, coordenado pela FETAEP. E naquela oportunidade o Presidente da FETAEP - Antonio Zaranonello, manifestou-se desta tribuna, colocando reivindicações do setor, colocando os problemas do setor ligado a pequena propriedade. Hoje quando centenas de produtores rurais, pequenos produtores rurais, quando integrantes do Movimento Agricultura Familiar aqui comparecem, mais uma vez abre-se o espaço para que a representante da Frente Sul da Agricultura Familiar, a Salete, possa também, desta tribuna, colocar o seu ponto de vista, o ponto de vista dos agricultores familiares, dos agricultores sem-terra, colocar as reivindicações deste segmento tão importante para a economia brasileira, para a economia do nosso Estado e de cada um dos nossos municípios.

Todos nós sabemos, Senhor Presidente, da luta que tem sido encetada, da luta que tem sido promovida nesta Casa pela Comissão de Agricultura, pela Comissão de Terras, pelo Bloco Agropecuário e agora pela Frente Parlamentar de Agricultura Familiar e da Reforma Agrária, na defesa dos interesses dos pequenos produtores rurais com terra e também daqueles que não possuem terra.

E quero, neste momento, em meu nome e em nome da Bancada do PMDB, mais uma vez, hipotecar apoio a esta Frente Parlamentar da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária, porque tenho certeza, sobre a coordenação dos Deputados que estão à frente deste movimento, aos quais nos integramos, esta Comissão haverá de na Assembléia Legislativa, com muita legitimidade, com muito entusiasmo e com muita dedicação, fazer, sim, a defesa da Agricultura Familiar nesta Assembléia e em qualquer canto deste Estado, para que possamos, num futuro bem próximo, ter aprovado por esta Casa o Fundo de Desenvolvimento de Apoio à Agricultura Familiar, o FUNDAF, termos no Paraná implementada uma política de seguro agrícola, termos no Paraná, de fato e verdadeiramente, ações concretas e efetivas do Governo do Estado em favor

do pequeno trabalhador rural, em favor do agricultor familiar rural do nosso Estado.

Não tem sentido que permaneçamos omissos e ausentes desta discussão, porque ao nos ausentarmos da discussão da Agricultura Familiar, estaremos permitindo e estimulando para que estes companheiros, hoje com terra, amanhã venham se tornar os sem-terras acampados à beira das estradas, nas propriedades ocupadas ou de frente ao Palácio Iguaçu. Se queremos justiça, se queremos direito à cidadania aos nossos irmãos agricultores e às nossas irmãs agricultoras, teremos que nos empenhar para que essa Frente de Agricultura Familiar, hoje sendo proposta a sua instalação, venha de fato e verdadeiramente de encontro aos anseios.

Senhor Presidente, passo a falar no Horário da Liderança do PMDB.

Para que essas reivindicações e para que a ação da Frente Parlamentar da Agricultura Familiar venha de encontro aos anseios dos produtores e das produtoras rurais, que lá na sua pequena propriedade lutam dia e noite para manter a sobrevivência da sua família, para manter a produção e a produtividade, que depois pode se transformar, quem sabe, em alguns casos muito especiais numa pequena sobra a lhe dar uma condição de vida e um conforto muitas vezes não conquistado, mas merecido.

Portanto, recebam os agricultores aqui presentes a solidariedade e o apoio da Bancada do PMDB, não só para a Frente Parlamentar da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, mas para todas as ações que se fizerem necessárias na defesa do produtor e da produtora rural do nosso Estado.

Senhor Presidente, venho também à tribuna na tarde de hoje para, a exemplo dessas centenas de jovens estudantes que aqui estão, clamar por justiça, clamar por justiça porque o Professor Paulo Roberto aqui presente está sendo, na nossa avaliação e na avaliação dessa comunidade, injustiçado pelo Governo do Estado do Paraná, pela Secretaria de Estado da Educação.

O que buscamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, neste momento é demonstrar em nosso nome pessoal, em nome da Bancada da Liderança do PMDB que lideramos nesta Casa, nossa mais profunda e sincera solidariedade à comunidade aqui representada pelos jovens estudantes.

O Professor Paulo Roberto é Diretor do Colégio Estadual Avelino Antonio Vieira, na vila Amélia. E entendemos nós.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Peço às galerias que se pronunciem com aplausos, mas aqui não é lugar de assovio.

## O SR. ORLANDO PESSUTI

Entendemos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que o professor Paulo Roberto Santos Pereira, eleito com 98% dos votos daquela comunidade escolar, está sendo neste momento vítima de uma perseguição política, talvez porque tenha ele participado do programa do PMDB, denunciando naquela oportunidade a Associação ADERF, talvez porque esteja ele hoje denunciando aos quatro cantos em que pode denunciar o que vem acontecendo, ou melhor, o que não vem acontecendo com as verbas do PROEM que estão atrasadas e que estão inviabilizando a vida de centenas de pequenas empreiteiras, a vida de centenas de pequenos empresários e famílias que se dedicaram a construir obras com recursos do PROEM através da Associação de Pais e Mestres em mais de quinhentas escolas talvez por esse Paraná a fora. Obras que foram executadas em cima de um compromisso de pagamento, pagamento que não aconteceu, e que segundo denúncias que estão chegando até nós, e que também são formalizadas pelo Professor Paulo Roberto, dívidas essas que estariam sendo comunicadas como pagas, sendo contabilmente justificadas como pagas pela Secretaria de Educação junto ao Tribunal de Contas. Os pagamentos não aconteceram e as empresas estão quebrando, e o professor Paulo Roberto, que teve, e sempre tem uma atividade comunitária e política muito ativa já que preside a zona número 176 do nosso Partido, PMDB, já que foi candidato a Vereador representando aquela comunidade, já que é um líder em meio ao setor educacional porque eleito foi por 98% dos votos daquela comunidade. Sentiu-se ele no dever de denunciar aquilo que entendia de irregular. Denunciar, por exemplo, o atraso no repasse das verbas do Fundo Rotativo, a diminuição nas parcelas repassadas e o não repasse de diversas parcelas do Fundo Rotativo, inviabilizando o dia-a-dia de trabalho, das escolas estaduais do nosso Estado.

Por essas denúncias feitas e por essas notícias por ele divulgadas, foi o professor afastado e demitido de suas funções de diretor do Colégio estadual Avelino Antonio Vieira, na Vila América.

O que queremos, neste momento, Senhor Presidente, é conclamar senso de justiça de vossa pessoa. Conclamar a presteza do Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo, no sentido que possamos todos nós sermos solidários a essa comunidade estudantil, que aqui está e aos milhares de cidadãos, que compareceram à frente da escola, para manifestar o desejo e o pedido de que o professor Paulo Roberto continue a ser o diretor daquele estabelecimento de ensino. É esse apelo que fazemos, para que se repare essa injustiça, para que se dê o direito a todos de manifestar o seu pensamento, a sua con-

trariedade e para que se ouçam o clamor das ruas e o clamor dessa liderança jovem, estudantil, que aqui comparece, hoje. Pelo retorno do Professor Paulo Roberto à direção, é que conclamamos a sensibilidade do Líder do Governo e do Presidente dessa Casa, bem como também de todos os Deputados Estaduais, aqui presentes.

(Aplausos)

## O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Não há oradores no Grande Expediente.

Horário das Lideranças.

PT, PMDB, PSDB, PL, PDT, Liderança do Governo.

(Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Ofício nº 100/99, ALEP/GLG, subscrito pelo Sr. Deputado Ademar Traiano, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, solicitando a substituição da suplência dos Deputados do PTB na Comissão de Constituição e Justiça como segue: O Deputado Valdir Rossoni passa a ser suplente do Deputado Carlos Simões e o Deputado Ademar Traiano a ser suplente do Deputado Algaci Tulio. **Anote-se e comunique-se à Comissão.**

Requerimento nº 1414, de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pessuti, Nereu Moura, Ademir Bier e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a instalação da Frente Parlamentar de Defesa da Agricultura Familiar do Estado do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 285/99, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que altera o art. 1º da Lei nº 8.267, de 13 de janeiro de 1986, que declarou de Utilidade Pública a Associação Sancar-lense de Proteção ao Excepcional, ASPE, com sede e foro no Município de São Carlos de Ivaí. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. EM VOTAÇÃO A EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. O projeto irá à Redação Final.**

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 224/99, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a criar no Município de Engenheiro Beltrão, a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN). PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 234/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera a Lei nº 11.498, de 30 de julho de 1996, que criou o Serviço Social autônomo, PARANACIDADE e adota outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

O projeto está em Regime de Urgência. Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1419 de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, com o apoio dos Srs. Deputados José Maria Ferreira, Ademar Bier e Edson Strapasson, constante do expediente, solicitando o adiamento por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 234/99, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Rejeitado.**

#### O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Apresentamos esse requerimento porque na Ordem do Dia, não constava que o Projeto estava em Regime de Urgência, no avulso, pelo menos não foi aqui impresso. E a intenção nossa era adiar por algumas sessões para discutirmos melhor o problema. Mas diante da impossibilidade de retirá-lo por 10 sessões, em função de estar em Regime de Urgência, solicito a V. Exa. que acolha a proposta da Emenda Substitutiva de 2ª Discussão, que estamos apresentando em conjunto com outros Deputados, para que a gente possa a nível de Comissão de Justiça quem sabe ajustar as modificações que pretendemos a esse projeto.

#### O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Em discussão. Encerrada a discussão há emenda do Deputado Orlando Pessuti.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pessuti e José Maria Ferreira, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL, DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 234/99

Art. 1º - O Art. 1º da Lei nº 11498, de 30 de julho de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica instituído o PARANACIDADE, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de prestar assistência institucional e técnica aos Municípios, contratar ações dirigidas à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico e social, preferencialmente junto aos órgãos de governo e de captar e aplicar recursos financeiros no processo de desenvolvimento urbano regional do Estado do Paraná.”

Parágrafo Único - As contratações mencionadas no Art. 1º e no Inciso VII do Art. 9º da referida lei, quando não efetuadas junto a órgãos de governo, deverão ter parecer favorável do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CONCITEC).

Art. 2º - O Art. 9º da Lei nº 11.498, de 30 de julho de 1996, passa a vigorar acrescido dos incisos VII, VIII e IX, com as seguintes redações:

“Art. 9º - ...

VIII - Promover o desenvolvimento tecnológico direcionado à melhoria dos aspectos institucionais das municipalidades;

IX - Publicar e divulgar trabalhos tecno-científicos, com vistas ao aprimoramento da gestão municipal.”

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.06.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI

JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoio:

Edgar Bueno, Nereu Moura, Ademir Bier, Edson Strapasson.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça que terá o prazo de 48 horas para a sua apreciação.

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 280/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de



Utilidade Pública a Associação Atlética dos Menores de Ribeirão - Clarenses, com sede e foro no Município de Ribeirão Claro. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 292/99, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública a Fundação "Francisco Machado Ribeiro", Município de Guarapuava. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 294/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Técnicos em Agropecuária de Salto de Lontra - ATAL, com sede e foro no Município de Salto do Lontra. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 092/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a implementar mecanismo de apoio e incentivo às atividades de artesanato. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., E C.F. E C.A.I.C. **Aprovado. (Publ. no D.A. 15, de 16.03.99)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 092/99

#### P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Beto Richa, tem por finalidade autorizar o Chefe do Poder Executivo a implementar mecanismos de apoio e incentivo às atividades de artesanato nos termos da presente.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, nosso parecer favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 06.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
HERMES FONSECA - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 092/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Beto Richa, dispõe sobre implementação de mecanismos de apoio e incentivo às atividades de artesanato.

Sobre a matéria constatamos já existir o pronunciamento favorável das Comissões de Constituição e Justiça de Agricultura, Indústria e Comércio.

Chamada a opinar esta Comissão de acordo com que preceitua o art.33, § 3º do Regimento Interno, não encontramos nada que possa impedir sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.05.99.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 092/99

#### P A R E C E R :

O presente plano de lei, da autoria do Deputado Beto Richa, dispõe sobre implementação de mecanismos de apoio e incentivo às atividades de artesanato.

Chamada esta comissão a opinar em conformidade com o exigido no Regimento Interno desta Casa, entendeu a mesma que vem em benefício dos artesãos, incrementando o emprego e a renda gerada pelo artesanato.

Assim sendo, opinamos pela aprovação do projeto em tela, já que se encontra em condição de seguir sua normal tramitação pelos órgãos competentes deste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.04.99.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente  
ADEMIR BIER - Relator

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 095/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Moradores da Vila Rosa Lote de terreno situado no Município de Jacarezinho. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. 15, de 16.03.99)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 095/99

#### P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Beto Richa, tem por finalidade autorizar o Chefe do Poder Executivo a doar para a Associação de Moradores da Vila Rosa, entidade de utilidade pública, o lote de terreno registrado sob número 9113, fls. 32, Livro 3-J, do Registro de Imóveis e Títulos e Documentos, situado no Município de Jacarezinho - Estado do Paraná.

Chamada esta relatoria a se pronunciar sobre legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, nosso parecer favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente  
HERMES FONSECA - Relator

## ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 098/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Gralha Azul, com sede e foro no Município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EMENDA DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. 15, de 16.03.99)**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 098/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Beto Richa, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública estadual o Instituto Gralha Azul.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável na forma de emenda corretiva para melhor adequá-lo as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente  
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

### EMENDA CORRETIVA PROJETO DE LEI Nº 098/99

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Gralha Azul, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente  
Pastor EDSON PRACZYK - Relator

Apoiamento:

Ademar Traiano, Edgar Bueno, Moysés Leônidas e Marcos Isfer.

## ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 09/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 09/99, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2000. PARECER FAVORÁVEL DA C.O.. **(Publ. no D.A. nº 29, de 20.04.99 - mens.)**

### PROJETO DE LEI Nº 190/99

### A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2000, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a organização e as estruturas dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração dos orçamentos do Estado;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária referente ao exercício;

V - as disposições sobre as despesas com pessoal e encargos sociais; e

VI - outras disposições.

#### Capítulo I

##### Das Prioridades da Administração Pública Estadual

Art. 2º - As prioridades da Administração Pública Estadual nos Orçamentos Anuais, para o exercício de 2000, deverão ser enquadradas nas seguintes linhas de ação:

I - geração de empregos (oportunidades de trabalho);

II - desenvolvimento da agropecuária (ação no campo);

III - segurança pública e desenvolvimento social (família protegida);

IV - desenvolvimento urbano e regional (força regional);

V - infra-estrutura e desenvolvimento estratégico (anel de desenvolvimento);

### EMENDA DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 190/99

#### Diretrizes Orçamentárias do Estado (L.D.O.)

#### Capítulo II

O item I do Artigo 4º passará a ter a seguinte redação:

Art. 4º - ...

I - Exposição justificativa contendo quadros-resumo com as informações sobre a situação econômica financeira do Estado e sobre outras informações consideradas relevantes para análise da proposta orçamentária.

Sala das Sessões, em 25.05.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Na Mensagem Governamental, encaminhada a esta Casa sob nº 09/99 - Diretrizes Orçamentárias

do Estado - L.D.O. não consta este detalhe que pretendemos seja acrescentado ao item I do Artigo 4º como a redação bem diz: "O Projeto de Lei Orçamentária Anual apresentará exposição justificativa, contendo quadros-resumo com as informações consideradas relevantes para a análise da Proposta Orçamentária".

Por esta razão elaboramos esta emenda que nada mais é que colaborar com os técnicos com as informações detalhadas e exposições justificativas relevantes para boa análise orçamentária.

#### EMENDA DE Nº 02

Inserir no Projeto de Lei nº 190, onde couber, o seguinte Artigo:

"Art-... As Secretarias de Estado da Educação, da Saúde, da Criança e Assuntos da Família, do Emprego e Relações do Trabalho, da Justiça e da Cidadania e da Segurança Pública, destinarão em suas respectivas dotações orçamentárias um percentual entre 1% e 5% do valor global de suas dotações, para o Projeto/Atividade "Programa Familiar 2000" a ser regulamentado por lei específica."

Sala das Sessões, em 25.05.99.

(a) RICARDO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

A presente emenda, proposta dentro do disposto no Art. 134 da Constituição Estadual vigente, pretende inserir nas Diretrizes Orçamentárias do Estado do Paraná, para o Exercício do ano 2000, um Projeto/Atividade específico que venha atender os interesses maiores da população paranaense, através do "Programa Familiar 2000".

O "Programa Familiar 2000" terá como objetivo fundamental atender às necessidades das famílias, principalmente das mais carentes de recursos financeiros, em projetos a serem desenvolvidos nas áreas da educação, da saúde, do trabalho, da cidadania, da segurança pública, visando um projeto global que atenda o bem-estar da criança, do adolescente, do idoso e das famílias.

Há aspectos importantes no setor educacional a ser atendido, extra-sala, que necessita de um trabalho global, envolvendo família, comunidade, autoridades constituídas, igrejas e outras organizações não-governamentais, visando não só sua educação, mas também sua preservação como ser humano.

É redundância justificar o que tem acontecido com a formação da criança e do adolescente em vários segmentos da sociedade, com reflexos em todos os setores.

A violência, por exemplo, já adentrou o recinto das escolas e os traficantes de drogas já fazem ponto nos seus portões, aumentando o número de viciados já na adolescência.

O "Programa Familiar 2000" englobará todos esses aspectos e definirá rumos seguros para a população paranaense.

A proposta é de estabelecer na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício do ano 2000 um Projeto/Atividade próprio nas várias Secretarias de Estado, objetivando atender as necessidades do programa em cada setor.

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício do ano 2000, há os seguintes índices percentuais financeiros:

1 - Educação	25%
2 - Saúde	20%
3 - Criança e Família	6%
4 - Justiça e Cidadania	5%
5 - Emprego e Relações do Trabalho	3%
6 - Segurança Pública	16%
Total	75%

Na hipótese de a emenda ser acatada, os percentuais de 1% a 5% de 75% equivalerão entre 0,75% a 3,75% do Orçamento Geral do Estado. De um Orçamentno realizável de 06 bilhões de reais, esses percentuais ficariam, em valores financeiros, entre 60 e 225 milhões de reais.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE Nº 03

Modifique-se o Inciso I, do Art. 4º, do PL 190/99, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 4º - O Anteprojeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará (...), será composto de:

I - mensagem, que conterá: exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida flutuante e fundada, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; exposição e justificação da receita e despesa, particularmente no tocante ao orçamento de capital.

Sala das Sessões, em 01.06.99.

(aa) PÉRICLES MELLO

HERMES FONSECA

IRINEU COLOMBO

ÂNGELO VANHONI

#### JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa ajustar a redação do Inciso I do presente projeto de lei, ao que determina a Lei nº 4.320/64, em seu Art. 22, inciso I.

Saliente-se que a redação constante no projeto de lei é demasiadamente genérico, e tal como se encontra, possibilita ao Poder Executivo elabo-

rar a mensagem omitindo informações exigidos pela Lei nº 4.320/64.

#### EMENDA ADITIVA DE Nº 04

Acrescente-se novos Incisos ao Artigo 4º, do PL 190/99, renumerando-se os demais:

Art. 4º -...

I -...

II -...

III - tabelas explicativas, das quais, além de estimativas da receita e despesa, constarão, em colunas distintas e para fins de comparação, conforme determina o Inciso II do Art. 22 da Lei nº 4.320/64.

IV - demonstrativo do impacto sobre as receitas, resultante da implementação do programa de incentivos fiscais, previstos na Lei nº 9.895/92.

Sala das Sessões, em 01.06.99.

(aa) PÉRICLES MELLO

HERMES FONSECA

IRINEU COLOMBO

ÂNGELO VANHONI

#### JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa incluir no presente Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, dispositivo previsto na Lei Federal nº 4.320/64, que regula o processo orçamentário da administração pública, além de incluir apresentação de dados relativos ao impacto sobre as receitas públicas decorrente da implementação da Lei nº 9.985/92, que criou o programa de incentivos fiscais em nosso Estado.

#### EMENDA ADITIVA DE Nº 05

Acrescente-se novo parágrafo ao Art. 13, do PL 190/99, com a seguinte redação:

Art. 13 -...

§ 1º -...

§ 2º -...

§ 3º - As informações previstas no parágrafo anterior, serão remetidas juntamente com a Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária Anual, relacionando ainda os precatórios judiciais, com seus respectivos valores e beneficiários, previstos para o exercício de 1998 e 1999.

Sala das Sessões, em 01.06.99.

(aa) PÉRICLES MELLO

HERMES FONSECA

IRINEU COLOMBO

ÂNGELO VANHONI

#### JUSTIFICATIVA:

A inclusão desta emenda justifica-se pela necessidade de se ter conhecimento mais preciso desta matéria, uma vez que esta despesa tem envolvido recursos superiores ao montante de

R\$2,0 bilhões, conforme consta da lei Orçamentária de 1998.

O conhecimento de tais informações é indispensável para que haja um mínimo de transparência nos valores, inclusos na proposta orçamentária, submetidos à aprovação desta Casa de Leis.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE Nº 06

Altera o percentual proposto para a Secretaria de Estado da Saúde, previsto no Artigo 21, do PL 190/99, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 21 -...

Secretaria de Estado da Saúde...mínimo de 6%.

Sala das Sessões, em 01.06.99.

(aa) PÉRICLES MELLO

HERMES FONSECA

IRINEU COLOMBO

ÂNGELO VANHONI

#### JUSTIFICATIVA:

Se de fato o Governo do Estado deseja tratar a saúde pública como uma prioridade, então não há por que não assegurar, através desta lei, o percentual mínimo de 6% proposto para destinação de recursos orçamentários para a saúde, cujas condições de atendimento à população do nosso estado e de amplo conhecimento e dispensam maiores comentários.

Caso contrário, a prioridade não passa de uma falácia, uma vez que o percentual máximo estabelecido nunca é observado. De outro lado, qualquer destinação entre 0,1% e os 20% propostos satisfaz plenamente a lei, tal como ela se encontra.

#### EMENDA ADITIVA DE Nº 07

Inclua-se novo Artigo no PL 190/99, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

Art. - O Anteprojeto de Lei Orçamentária e o Plano Plurianual de Investimentos a ser encaminhado a esta Casa de Leis, conterá destinação de recursos para a Implementar o Fundo Público de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar e à implementação do Seguro Agrícola do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.06.99.

(aa) PÉRICLES MELLO

HERMES FONSECA

IRINEU COLOMBO e

ÂNGELO VANHONI

#### JUSTIFICATIVA:

A emenda visa incluir entre as ações voltadas para a agricultura paranaense, a implementação do Fundo de Desenvolvimento da Agricultura Familiar, objeto dos Projetos de Lei nº 269/99 e 110/99, em apreciação nesta Casa de Leis.

Este fundo vem complementar e estender as ações governamentais a um conjunto ainda maior de agricultores paranaenses, hoje aliados dos mecanismos de créditos e de seguro existentes, tanto no setor público quanto privado, dando-lhes condições de continuarem a exercer suas atividades, gerando emprego e renda em nosso Estado.

#### EMENDA ADITIVA DE Nº 08

Inclua-se novo Artigo no PL 190/99, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

Art. - O Anteprojeto de Lei Orçamentária e o Plano Plurianual de Investimentos, a ser encaminhado a esta Casa de Leis, conterà destinação de recursos para a implementação de programas de apoio à micro e pequena empresa, do setor agrícola, comercial e industrial, previstos na Lei Estadual nº 11.741, visando sua modernização e competitividade bem como, o incremento na geração de emprego em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 01.06.99.

(aa) PÉRICLES MELLO  
HERMES FONSECA  
IRINEU COLOMBO  
ÂNGELO VANHONI

#### JUSTIFICATIVA:

Esta emenda busca incluir a micro e pequena empresa paranaense, no contexto das prioridades deste governo, estabelecidas no Art. 2º, Inciso I, que até o momento tem-se manifestado pródiga e eficiente quando se trata de atrair grandes investimentos para o Estado mas, ainda não dispõe de instrumentos de apoio assemelhado à micro e pequena empresa.

Ressalte que a Lei nº 11.741, que criou a Agência de Desenvolvimento, estabelece no Parágrafo Único do Art. 3º que 25% (vinte e cinco por cento) dos recursos por ela movimentados deveriam ser destinados a programas de financiamentos à micro e pequena empresa paranaense.

#### EMENDA ADITIVA DE Nº 09

Inclua-se novo Artigo no PL 190/99, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

Art. - A mensagem do Poder Executivo que encaminhar o Anteprojeto de Lei do Plano Plurianual de Investimentos 2.000 - 2.003 conterà relatório contendo balanço das metas despesas previstas e realizadas no Plano Plurianual de Investimentos de período 1996 - 1999.

Sala das Sessões, em 01.06.99.

(aa) PÉRICLES MELLO  
HERMES FONSECA  
IRINEU COLOMBO

ÂNGELO VANHONI

#### JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa anexar informações para uma correta avaliação das metas previstas e realizadas para os programas previstos no Plano Plurianual de Investimentos do período 1996 - 1999.

#### EMENDA ADITIVA DE Nº 10

Inclua-se novo Artigo no PL 190/99, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

Art. - Todos os Órgãos da Administração Direta e Indireta, as autarquias, as fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos, as empresas públicas e as entidades paraestatais denominadas Serviço Social Autônomo, publicarão no Diário Oficial do Estado, até trinta dias (30) após o encerramento de cada bimestre, balanço de suas receitas e despesas realizadas, em consonância com a Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo Único - O não cumprimento ao disposto no "caput" deste artigo, implica aos responsáveis em crime de responsabilidade.

Sala das Sessões, em 01.06.99.

(aa) PÉRICLES MELLO  
HERMES FONSECA  
IRINEU COLOMBO  
ÂNGELO VANHONI

#### JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa obrigar todos os Órgãos Públicos e entidades por ele controladas, que utilizam recursos públicos na execução de seus projetos e atividades a publicarem balanço bimestral de suas ações.

A publicação destas informações traz à sociedade a transparência governamental na administração e utilização de recursos públicos.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE Nº 11

Altere-se o percentual proposto para a Secretaria de Estado da Cultura, previsto no artigo 21, do PL 190/99, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 21 -.....

Secretaria de Estado da Cultura.....mínimo de 3%

Sala das Sessões, em 01.06.99.

(aa) PÉRICLES MELLO -  
HERMES FONSECA  
IRINEU COLOMBO  
ÂNGELO VANHONI

#### JUSTIFICATIVA:

A emenda visa assegurar uma destinação mínima dos recursos remanescentes à Secretaria de Estado da Cultura para que possa ampliar seus projetos e atividades voltados à cultura paranaense.

#### EMENDA DE Nº 12

Art.....- A Lei Orçamentária do ano 2.000 e o Plano Plurianual para o período 2000 a 2003 serão regionalizados a nível de Associações de Municípios.

Sala das Sessões, em 17.06.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI, CAÍTO QUINTANA, NEREU MOURA, EDSON STRAPASSON, WALDYR PUGLIESI, ADEMIR BIER E ANTONIO ANNIBELLI

#### EMENDA SUPRESSIVA DE Nº 13

Suprime o Artigo 34º do Projeto de Lei nº 190/99

Sala das Sessões, em 17.06.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI, CAÍTO QUINTANA, EDSON STRAPASSON, NEREU MOURA, WALDYR PUGLIESI, ADEMIR BIER E ANTONIO ANNIBELLI

#### EMENDA DE Nº 14

Incluir no Art. 20, do Projeto de Lei 190/99 o seguinte inciso:

XI - ao custeio do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental - FUNDEF.

Sala das Sessões, em 17.06.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI, CAÍTO QUINTANA, WALDYR PUGLIESI, ADEMIR BIER, NEREU MOURA, EDSON STRAPASSON E ANTONIO ANNIBELLI

#### EMENDA DE Nº 15

Incluir no Art. 20 do Projeto de Lei 190/99 o seguinte inciso:

X - ao custeio do plano complementar ao Sistema Único de Saúde.

Sala das Sessões, em 17.06.99.

(aa) ORLANDO PESSUTI, CAÍTO QUINTANA, NEREU MOURA, EDSON STRAPASSON, WALDYR PUGLIESY, ADEMIR BIER E ANTONIO ANNIBELLI

#### EMENDA MODIFICATIVA DE Nº 16

Os Artigos 18 e 21 terão as seguintes redações:

Art. 18 - O valor de Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) do montante das despesas de capital fixada no orçamento.

Art. 21 - Chefia do Poder Executivo - até 3% (três por cento), Secretaria da Chefia de Gabinete do governador até 1% (um por cento).

Parágrafo Único - Ficam mantidos em seu teor original o *caput* do artigo e as demais discriminações de recursos.

Sala das Sessões, em 21.06.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A presente emenda modificativa tem por finalidade adequar a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias a critério de bom senso e razoabilidade.

Note-se que pela proposta original admite-se comprometimento de todo o valor indicado para despesas de capital com a realização de operações de crédito.

Além disso, discrimina-se a possibilidade de recursos de até 7% (sete por cento) das disponibilidades para a chefia do Poder Executivo - Gabinete do Governador.

Se ver que tal índice supera toda a destinação de recursos para o Poder Legislativo e o Ministério Público, quase igualando-se ao que destinar-se-á ao Poder Judiciário.

Diante dessa desproporção, essa emenda pretende estabelecer limites condizentes com os tempos de austeridade que se impõem.

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 190/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro do ano 2000.

Ao projeto de lei original foram apresentadas 16 emendas tendo 02 sido acolhidas.

Impõem-se esclarecer que o não acatamento das demais emendas, funda-se principalmente na impossibilidade jurídico-constitucional de se incluir no texto da Lei de Diretrizes orçamentárias, matéria própria da Lei Orçamentária e bem assim do Plano Plurianual.

Por outro turno, as emendas que apontavam percentuais foram afastadas por produzirem alteração no art. 21, incompatível com a proposta original.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem, como o próprio orçamento anual, natureza formal, pois depende de aprovação do Poder Legislativo, sendo simples orientação ou sinalização de caráter anual, para a feitura do orçamento.

Observadas tais premissas e diante da observância pela LDO, das disposições gerais, legais e constitucionais, atinentes à matéria, somos de parecer favorável a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22.06.99.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente  
DURVAL AMARAL - Relator

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário, subscrito pelos Senhores Deputados Cezar

Silvestri e Durval Amaral respectivamente, nos seguintes termos:

## SUBSTITUTIVO GERAL PROJETO DE LEI Nº 190/99

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2000, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a organização e as estruturas dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração dos orçamentos do Estado;

IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária referente ao exercício;

V - as disposições sobre as despesas com pessoal e encargos sociais; e

VI - outras disposições.

### Capítulo I

#### Das Prioridades da Administração Pública Estadual

Art. 2º - As prioridades da Administração Pública Estadual nos Orçamentos Anuais, para o exercício de 2000, deverão ser enquadradas nas seguintes linhas de ação:

I - Geração de Empregos (Oportunidades de Trabalho);

II - Desenvolvimento da Agropecuária (Ação no Campo);

III - Segurança Pública e Desenvolvimento Social (Família Protegida);

IV - Desenvolvimento Urbano e Regional (Força Regional);

V - Infra-Estrutura e Desenvolvimento Estratégico (Anel de Desenvolvimento);

VI - Preservação e Desenvolvimento Sustentado do Meio Ambiente (Paraná Ambiental);

VII - Ações de Vanguarda (Paraná na Frente);

VIII - Administração Pública.

Art. 3º - As linhas de ação definidas no artigo anterior estarão detalhadas, a nível de Programas no Plano Plurianual para o período 2000 a 2003 e a nível de Projetos e Atividades nos Orçamentos Anuais para o exercício de 2000.

### Capítulo II

#### Da Organização e das Estruturas do Orçamento

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Assembléia

Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, será composto de:

I - Exposição Justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações relevantes à análise da Proposta Orçamentária;

II - Texto de Lei;

III - Anexo I contendo a legislação e os resumos gerais da receita referente ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista;

IV - Anexo II contendo resumos gerais da despesa dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, segundo as fontes de recursos:

V - Anexo III contendo o Orçamento Fiscal composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, a que se refere o artigo 133, § 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - Anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, a que se refere o artigo 133, § 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - Anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme determinação da Emenda Constitucional nº 02, de 15 de dezembro de 1993.

Art. 5º - Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, terão suas despesas elaboradas por Unidade Orçamentária, segundo a classificação funcional-programática estabelecida pela Portaria nº 117 do Ministério do Planejamento e Orçamento, de 12 de novembro de 1998 e segundo a classificação da despesa quanto à sua natureza, que identifica a categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação e o elemento de despesa. O projeto da Lei Orçamentária Anual será apresentado segundo os seguintes desdobramentos:

#### DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais

Juros e Encargos da Dívida Pública

Outras Despesas Correntes

#### DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização da Dívida Pública

Outras Despesas de Capital

Art. 6º - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista terá sua despesa totalizada por empresa, ficando o seu programa de trabalho detalhado por projeto/atividade, segundo a classificação funcional programática da Portaria nº 117 de 12 de novembro de 1998.

Art. 7º - O Programa de Obras, será apresentado por Unidade Orçamentária, Projeto/Atividade, região ou município e de forma individualizada com unidade de medida, quantidade e valor discriminado segundo a fonte de recursos.

### **Capítulo III**

Das Diretrizes para a Elaboração dos Orçamentos do Estado

#### **Seção I**

Das Diretrizes específicas para os Poderes Legislativo, Judiciário e para o Ministério Público

Art. 8º - Ficam estabelecidos os seguintes limites percentuais da Receita Geral do Estado, após excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas, para a elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público:

Poder	Legisla-
tivo.....	5,0%
Poder	
Judiciário.....	8,5%
Ministério	
Público.....	3,3%

Art. 9º - As Propostas Orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público serão elaboradas, respectivamente pela Assembléia Legislativa, Tribunal de Justiça e Procuradoria Geral de Justiça, sendo apresentadas ao Poder Executivo, dentro dos prazos estabelecidos nas instruções para a elaboração do Orçamento Geral do Estado.

Art. 10 - As propostas do Orçamento dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público não poderão ser apresentadas com valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Parágrafo Único - Os valores correspondentes aos limites percentuais deverão ser utilizados para

atender prioritariamente as despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

### **Seção II**

Das Diretrizes Gerais

Art. 11 - No Projeto de Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas fixadas segundo os preços vigentes em 1º de julho de 1999.

§ 1º - As despesas custeadas com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 1º de julho de 1999.

§ 2º - Os valores de receita e despesa apresentados no Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser atualizados antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do índice de variação de preços no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 1999, de acordo com critérios estabelecidos no próprio Projeto de Lei.

Art. 12 - A Lei Orçamentária Anual poderá indicar critérios de atualização monetária dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta e de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

Art. 13 - As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas para esta finalidade nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 1º - Os recursos alocados no Projeto de Lei Orçamentária com a destinação prevista neste artigo, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

§ 2º - Os Órgãos e Unidades encaminharão à Secretaria de Estado da Fazenda, até o dia 20 de julho de 1999, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos no orçamento de 2000, especificando:

- número do processo;
- número do precatório;
- data da expedição do precatório;
- nome do beneficiário;
- valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 1999, conforme § 3º do artigo 98 da Constituição do Estado do Paraná).

Art. 14 - As receitas destinadas aos Órgãos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial, Fundos e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartidas



de financiamento e manutenção de atividades e de bens públicos.

Art. 15 - Os Orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual não poderão ter fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

Art. 16 - Na programação da despesa não poderão ser incluídas ações que tenham as mesmas finalidades, em mais de um Órgão.

Art. 17 - A programação de investimentos, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003.

§ 1º - As obras já iniciadas sob a responsabilidade do Governo do Estado do Paraná, terão prioridade na alocação dos recursos para a sua conclusão.

§ 2º - As obras constantes do Anexo V serão identificadas como novas, em andamento, paralisadas e reativadas, conforme a situação em que se encontrem.

Art. 18 - O valor de Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Art. 19 - Na programação dos orçamentos não poderão ser incluídas despesas a título de investimentos em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º da Constituição Federal e do art. 135, § 2º da Constituição Estadual.

Art. 20 - O Projeto de Lei Orçamentária para 2000 destinará recursos do Tesouro Geral do Estado, aos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos necessários.

I - aos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais apresentados no Art. 8º deste Projeto de Lei;

II - ao pagamento das despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

III - ao pagamento do serviço da dívida pública;

IV - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o art. 205 da Constituição Estadual e de acordo com a Lei Estadual nº 12020 de 09 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná;

V - à manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o art. 185 da Constituição Estadual;

VI - aos empréstimos e às contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

VII - aos programas de fomento e desenvolvimento através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, inclusive os previstos no art. 142 da Constituição do Estado e no art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

VIII - às contribuições do Estado ao Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná, compreendendo os Programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor; e

IX - ao pagamento de precatórios até 1º de julho de 1999.

Art. 21 - Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior serão destinados de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir, ficando implícito que a utilização plena por uma Secretaria implicará na redução do limite de outra, de forma a manter o percentual global de 100%:

Chefia do Poder Executivo .....	até 5%
Secretaria da Chefia de	
Gabinete do Governador .....	até 2%
Secretaria de Estado do Governo.....	até 1%
Procuradoria Geral do Estado.....	até 1%
Ouidoria Geral do Estado.....	até 1%
Secretaria de Estado do Planejamento	
e Coordenação Geral .....	até 4%
Administração Geral do Estado- Recursos	
Sup. da SEPL.....	até 10%
Secretaria de Estado da Administração.....	até 12%
Secretaria de Estado da Fazenda .....	até 9%
Administração Geral do Estado - Recursos	
Sup. da SEFA .....	até 11%
Secretaria de Estado de Obras Públicas.....	até 1%
Secretaria de Estado da	
Comunicação Social.....	até 1%
Secretaria de Estado da	
Segurança Pública .....	até 16%
Secretaria de Estado da Ciência,	
Tecnologia e Ensino Superior.....	até 3%
Secretaria de Estado da Saúde .....	até 20%
Secretaria de Estado da Justiça e da	
Cidadania .....	até 5%
Secretaria de Estado da Cultura.....	até 5%
Secretaria de Estado da Criança e	
Assuntos da Família .....	até 6%
Secretaria de Estado do Emprego e	
Relações do Trabalho.....	até 3%
Secretaria de Estado do Esporte e	
Turismo .....	até 5%

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico.....	até 6%
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.....	até 15%
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano.....	até 4%
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.....	até 12%
Secretaria de Estado dos Transportes.....	até 25%
Secretaria Especial da Política Habitacional.....	até 10%
Secretaria Especial para Proteção e Defesa do Consumidor.....	até 1%
Secretaria Especial para Assuntos de Previdência.....	até 2%
Secretaria Especial para Assuntos Estratégicos.....	até 1%

§ 1º - Os recursos de que trata o caput deste artigo serão alocados prioritariamente na manutenção e custeio dos órgãos, bem como nas contrapartidas de convênios e acordos firmados com entidades e organismos públicos e privados, nacionais e internacionais.

§ 2º - Os percentuais alocados para os Secretários especiais, no caso de extinção da função, serão remanejados por ato do Poder Executivo mediante autorização do Poder Legislativo, aos órgãos nos quais as ações programáticas daqueles Secretários Especiais serão desenvolvidas.

Art. 22 - Os recursos recebidos pelo Estado, provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências, inclusive os oriundos de convênios.

### Seção III

Das Diretrizes Específicas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta

Art. 23 - O Orçamento Fiscal e os Próprios da Administração Indireta, para o exercício de 2000, estimarão as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Estadual e de recolhimento descentralizado relativo às Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, com um valor aproximado de R\$9.000.000.000,00 (nove bilhões

de reais), a preços de 1º de julho de 1999, ficando a despesa em igual valor.

Art. 24 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e Fundos, serão apresentados nos Orçamentos Próprios dessas instituições.

Art. 25 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado somente poderão ser programados para atender despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de programas financiados e de convênios e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

Art. 26 - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 27 - O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista.

### Seção IV

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 28 - O Orçamento de Investimento relativo às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, compreenderá as receitas próprias e as receitas de transferências do Tesouro Geral do Estado, aplicadas na conta investimento.

Art. 29 - Os montantes das despesas dos Orçamentos de investimento não poderão ser superiores aos das respectivas receitas.

Art. 30 - No Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária só deverão aparecer aquelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que possuam uma programação de investimento.

Parágrafo Único - As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Tesouro Estadual, para despesas de espécies diferentes de investimento, só terão estes valores registrados no Projeto/Atividade de transferência, dentro do Orçamento Fiscal.

### Capítulo IV

Das Disposições sobre as Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 31 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado destinados a cobrir despesas com pessoal e encargos sociais serão fixados em até 60% (sessenta por cento) do valor das receitas correntes, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995.

Art. 32 - A exposição justificativa que acompanha o Projeto de Lei Orçamentária Anual conterá demonstrativo dos gastos com pessoal e encargos sociais, por Poder e Total, executado nos últimos três anos, a execução provável para 1999 e a estimativa para 2000, com a indicação da representatividade percentual em relação a Receita Corrente, conforme o disposto na Lei Complementar nº 82 de 27/03/95.

### Capítulo V

#### Das Disposições sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 33 - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos de alterações da Legislação Tributária até 31 de dezembro de 1999, em especial:

I - as modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão do Sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - o aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

### Capítulo VI

#### Das Outras Disposições

Art. 34 - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 36 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os quadros de detalhamento de despesa, especificando por projetos e atividades, os elementos de despesa, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no parágrafo 2º do artigo 11 desta lei.

Art. 37 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.06.99.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

Em votação o substitutivo geral.

Tem preferência sobre a matéria o Substitutivo de origem da Comissão de Orçamento.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Para Encaminhar**)

Faço uma consulta à Mesa, melhor, faço um encaminhamento no sentido de manifestar aqui em plenário as Emendas que a Bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou e várias delas foram rejeitadas e essas Emendas procuram sempre dar no sentido de que o Estado do Paraná trabalhe com o Orçamento de forma transparente, que tenha uma relação direta com o sistema de informática com a Assembléia Legislativa, no sentido de dar as informações, os gastos que facilitariam sobremaneira o acompanhamento desse Poder Legislativo.

Fica registrado o nosso descontentamento no sentido dessas Emendas que não foram todas elas acatadas, e que efetivamente ajudariam e muito a que o Orçamento do Estado fosse, não só uma pela para que o Governo cumpra a lei, mas acima de tudo uma peça financeira em relação a transparência com sociedade.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

A votação do projeto em pauta, estabelece regras para o projeto Orçamento. A decisão da Comissão Especial de Orçamento sobre as emendas é final. Submeto a votação o Substitutivo Geral. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. **Aprovado.**

### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 214/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Emílio Humberto Carazzai Sobrinho. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 35, de 29.04.99).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 214/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Beto Richa, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Humberto Carazzai Sobrinho.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22.06.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

## ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 342/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Mário Celso Petraglia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 74, de 21.06.99).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 342/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Mário Celso Petraglia.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

#### O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1421-A, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Em Discussão.**

#### O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para discutir, Senhor Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1415, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1418, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1376, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1400 e 1401, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1402, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1403, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1407 a 1409, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1410, de autoria dos Senhores Deputados Péricles Mello e Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1411, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1413, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1392, de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Waldyr Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

#### O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Em votação.

#### O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esse Requerimento nosso visa saber do Governo do Estado, através da Secretaria da Fazenda a respeito das antecipações do ICMS, que o Governo tem feito, junto às empresas públicas e junto às empresas privadas, do Estado do Paraná.

Em dezembro de 1997, o Governo do Estado fez isso já devidamente analisado, inclusive pelo Tribunal de Contas, ao analisar as contas de 1997, desde aquela oportunidade uma antecipação de ICMS junto a COPEL, no valor de 155 Milhões de reais, antecipação essa por conta daquilo que deveria o Estado receber de ICMs da COPEL, no ano de 1998.

Pairám em nossas cabeças, evidentemente e, de alguns companheiros dúvidas a respeito desse mecanismo que vem utilizando o Governo do Estado.

Primeiro: se no momento que se proceder a antecipação de 155 Milhões, se naquele momento creditou-se à conta do Fundão, do ICMs, dos 25% que teria que ser repartidos com os municípios de acordo com o índice de cada um. Ou se esse crédito ao fundo do ICMs e dos municípios aconteceu lá no mês respectivo que a COPEL fez a amortização desse adiantamento, dessa antecipação.

Também descrito pelos conselheiros que não me falha a memória, João Feder e Nestor Batista, está sendo explicitado que o Governo tem feito antecipações de ICMS junto as empresas privadas como a Coca Cola, e a cimento Portland e também se comenta que teria feito antecipação junto a Brahma, junto à Philips Morris, a COPEL nós já relatamos, mas também parece junto a TELEPAR.

Então nós gostaríamos de saber se isso esta acontecendo de fato? Qual é o montante de recursos que está sendo antecipado por cada uma dessas empresas? Qual é o cronograma de amortização e, principalmente, se no momento que ocorre esta antecipação, que o dinheiro entra no caixa geral do Estado, que é creditado os 25% que tem direito os municípios do Paraná.

Como estas informações não constam dos Balancetes publicados e bem das notícias de jornais que tivemos acesso, nós solicitamos a compreensão de todos os Deputados no sentido de que aproveemos esses requerimentos para que possamos exercer o nosso poder de fiscalização dos atos do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Em votação o requerimento.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

A Mesa defere e fará a verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se: doze Deputados.

Senhores Deputados que não aprovam o requerimento queiram levantar-se. **Rejeitado o requerimento.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 24, às 10:00 horas, com a seguinte,

### **ORDEM DO DIA,**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 139 e 197/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 092, 095, 098 e 189/99.

1º DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 614, 282, 338 e 353/99.

Levanta-se a sessão.

### **Ata da Comissão:**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e noventa e nove, reuniu-

se na Sala de reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Hermes Fonseca, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho, Waldyr Pugliesi, Moysés Leônidas, Cesar Seleme, Durval Amaral, Beto Richa, Nereu Moura, Marcos Isfer e mais os Deputados Milton Puppio, Valdir Rossoni e Ademar Traiano. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 318/99, de autoria do Deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 346/99, de autoria do Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado Nereu Moura. O Senhor Presidente determina o envio de cópia da matéria a todos os Deputados membros desta Comissão, bem como convoca outra reunião para amanhã, às 13:30 horas, para discutir esta matéria; 03) Projeto de Lei nº 342/99, de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 210/99, de autoria do Deputado Durval Amaral. Concedido vistas aos Deputados Valdir Rossoni e Marcos Isfer; 05) Projeto de Lei nº 320/99, de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Serafina Carrilho, na forma da emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 098/99, de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Edson Praczyk - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 023/99, de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Hermes Fonseca e Nereu Moura; 08) Projeto de Resolução nº 008/99, de autoria do Deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Durval Amaral - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 038/99, de autoria do Deputado Nelson Justus. Concedido vistas ao Deputado Nereu Moura; 10) Proposição-Veto de nº 016/99, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 335/99, de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 315/99, de autoria da Deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 215/99, de autoria do Deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim,

Ana Lúcia Andretta, Advogados e Secretária de  
Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANA LUCIA ANDRETTA - Secretária  
Assinaturas ilegíveis